

Mediadores: problematizando algumas trajetórias¹

Mediators: Questioning some trajectories

Arnaldo José Zangelmi²
arnaldozan@yahoo.com.br

Fabício Roberto Costa Oliveira³
frcoliveira@yahoo.com.br

Izabella Fátima Oliveira de Sales⁴
izabellaieps@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo pretende problematizar os principais contornos das trajetórias de indivíduos reconhecidos como mediadores, buscando analisar os principais fatores que influenciaram na formação das capacidades e interesses por essa atuação específica. Assim, pretendemos apontar alternativas às análises que enfatizam o ambiente metropolitano como locus privilegiado para a formação de mediadores, tendo como objeto empírico algumas trajetórias de integrantes de organizações e movimentos sociais rurais.

Palavras-chave: mediadores, trajetórias, movimentos sociais.

Abstract

This article aims to discuss the main outlines of the trajectories of individuals recognized as mediators, trying to analyze the main factors that influenced the formation of skills and interests for that specific action. Thus, we intend to identify alternatives to analyses that emphasize the metropolitan environment as a privileged locus for training mediators, based on some trajectories of members of social movements.

Keywords: mediators, trajectories, social movements.

O termo *mediador* tem sido utilizado recorrentemente nos vocabulários de políticos, juristas, educadores, organizações, movimentos sociais e entre vários daqueles que se propõem a estudar as atuações desse agente. Assim, tanto atores variados quanto estudiosos têm frequentemente lançado mão dessa expressão para se referir a indivíduos que teriam certas funções e capacidades de destaque em (e entre) vários desses grupos.

Geralmente, têm sido reconhecidos como mediadores alguns indivíduos – muitas vezes lideranças e/ou representantes – com funções e capacidades de constituir ligações entre perspectivas, interesses, instâncias, grupos, etc. possibilitando, assim, o direcionamento de esforços conjuntos em determinados sentidos.

No entanto, como salientou Novaes (1994) na década de 1990 – apontando um problema que perdura até hoje – essas expressões têm sido utilizadas de forma vaga, imprecisa, carecendo de profundidade analítica, o que tem naturalizado e substantivado essas ações sociais e seus agentes.

¹ Parte das reflexões expostas nesse artigo foi estimulada pelas discussões desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Agradecemos, em especial, às professoras Leonilde Medeiros, Delma Pesanha Neves e Débora Lerrer.

² Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História. Rua do Seminário, s/n, 35420-000, Mariana, MG, Brasil.

³ Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Ciências Sociais. Av. PH Rolfs, s/n, 36570-9000, Viçosa, MG, Brasil.

⁴ Centro Federal de Ciência e Tecnologia. Campus III. Rua José Pères, 558, 36700-000, Leopoldina, MG, Brasil.

Essa autora também salientou que, em muitas análises, esses termos têm sido usados como um eufemismo, escondendo antigas perspectivas sobre certos atores, antes caracterizados como "vanguarda, direção, intelectuais orgânicos" (Novaes, 1994, p. 183), perdendo assim a visão sobre a natureza social específica de cada tipo de mediação. Estas críticas a respeito da utilização do conceito ainda são válidas, tendo em vista que a questão ainda não recebeu vasto investimento acadêmico.

Diante dessas questões, o presente artigo pretende trazer à tona algumas discussões sobre os principais contornos das trajetórias de alguns indivíduos reconhecidos como mediadores, buscando problematizar os principais fatores que influenciam na formação das capacidades e interesses por essa posição. Assim, pretendemos discutir algumas análises sobre essas trajetórias – principalmente no que se refere à ênfase no ambiente metropolitano enquanto *locus privilegiado* – e apontar algumas alternativas de interpretação com base na análise sobre mediadores de organizações e movimentos sociais rurais.

Problematizando trajetórias de mediadores

As ações de mediação – da forma como as entendemos, em consonância com as concepções de Neves (2008) – são a construção de novos arranjos a partir dos fragmentos de significados, disponíveis nos vários universos de significação em relação. Dessa forma, essas ações possibilitam a comunicação e ação conjunta entre grupos em interação nos processos sociais, o que assemelha a mediação com as atuações do tradutor e do bricoleur (Neves, 2008).

É importante salientar que as ações de mediação não devem ser substancializadas em certos atores, delimitando rigidamente certos grupos ou indivíduos como mediadores e outros como mediados. Essas relações são fluidas, graduais e dinâmicas, podendo variar consideravelmente nos diversos processos sociais e políticos.

No entanto, para os propósitos do presente trabalho, tornou-se pertinente lançar mão de alguns estudos mais focados nas trajetórias de indivíduos reconhecidos – devido as suas capacidades e posições em (e/ou entre) seus grupos – como mediadores.

Esses estudos, focados principalmente no ambiente urbano, trazem reflexões interessantes sobre significativas trajetórias de mediadores. No entanto, sentimos necessidade de levantar outras possibilidades de interpretação, além da associação entre mediadores e metrópole, trazendo à tona novos elementos.

Os trabalhos de Velho (2010) trouxeram importantes reflexões sobre as atividades dos mediadores, argumentando que os mediadores têm capacidade de transitar entre diferentes grupos, interpretar e reinventar códigos, sendo catalisadores de transformações:

Está em jogo o tema da mediação, que se manifesta na capacidade de transitar e, em situações específicas, do desempenho do papel de mediador entre distintos grupos, redes e códigos. O mediador, mesmo não sendo um autor no sentido convencional, é um intérprete e um reinventor da cultura. É um agente de mudança quando traz informações e transmite novos costumes, hábitos, bens e aspirações (Velho, 2010, p. 15).

Velho e Kuschnir (2001) reuniram vários trabalhos sobre a formação do papel de mediador, enfatizando que a vida em metrópoles propiciaria uma experiência fecunda para a emergência do mediador, dada a tendência ao maior contato com a diversidade de experiências sociais nesses contextos:

Os indivíduos, especialmente em meio metropolitano, estão potencialmente expostos a experiências muito diferenciadas, na medida em que se deslocam e têm contato com universos sociológicos, estilos de vida e modos de percepção da realidade distintos e mesmo contrastantes. Ora, certos indivíduos mais do que outros não só fazem esse trânsito mas também desempenham o papel de mediadores entre diferentes mundos, estilos de vida e experiências. Pelas próprias circunstâncias da vida na sociedade contemporânea, alta proporção de indivíduos transita, inevitavelmente, por diferentes grupos e domínios sociais (Velho e Kuschnir, 2001, p. 20).

Segundo os autores, algumas interações que contribuem no desenvolvimento de trajetórias individuais de mediadores são potencialmente mais intensas no meio metropolitano, no qual haveria uma maior multiplicidade de diferenciações sociais. Iremos argumentar que a ênfase no meio metropolitano como fator fundamental para que alguns indivíduos desempenhem o papel de mediador pode obscurecer aspectos relevantes desses processos. Assim, pretendemos trazer à tona a necessidade de se observar também os processos de relativização dos valores e deslocamento entre mundos, cuja lógica das mobilizações sociais influi substancialmente. Retomaremos essa discussão mais adiante.

Kuschnir (2001), em convergência com o pensamento de Velho, argumenta que a formação de "múltiplas identidades" é essencial para a capacidade de mediar. Como afirma essa autora, referindo-se a uma trajetória específica⁵:

As múltiplas identidades de Ricardo Alves, construídas a partir da origem familiar, da associação engenharia/elite, do sindicalismo e da atividade partidária, permitem que ele circule com alguma desenvoltura por diferentes universos, com valores e visões de mundo mais ou menos distintos. No exercício da política, especificamente, isso significa uma maior habilidade para atuar como mediador entre o poder público e diferentes segmentos da população (Kuschnir, 2001, p. 154).

Assim, o acúmulo de experiências de socialização diversificadas ao longo da vida traria o potencial, para alguns indi-

⁵ Descendente de imigrantes árabes, Ricardo Alves atuou como engenheiro, sindicalista e político do Partido dos Trabalhadores, elegendo-se vereador do Rio de Janeiro em 1992 e 1996, e deputado federal em 1998.

viduos, de atuarem como mediadores, transitando entre esses diversos universos. Kuschmir (2001), tratando dessa trajetória específica, defende que o mediador é um agente criativo, que tem seu trabalho potencializado com a capacidade de fazer "bom trânsito" entre diferentes universos:

Além de demonstrar bom trânsito, Ricardo foi capaz de encontrar pontos de contato e comunicação entre diferentes mundos, produzindo novos resultados a partir desse processo. Essa é a tarefa básica do mediador. Sua atuação é mais ampla do que a de um intermediário, que apenas transporta informações de um lado para outro. A interferência do mediador é criativa, gerando novos valores e condutas (Kuschmir, 2001, p. 158)

Nessa perspectiva, acreditamos que a ideia de mediador apresentada pela autora se aproxima do bricoleur (Neves, 2008), produtor de novos significados a partir da construção de arranjos entre os fragmentos de vários universos de significação. Kuschmir (2001, p. 159) também ressalta que a formação do mediador passa pela construção de um projeto individual:

Em sociedades com predomínio de ideologias individualistas, onde os atores têm possibilidade de exercer escolhas, a ação do mediador deve ser entendida como um projeto, mais ou menos consciente. Embora restrito às possibilidades do quadro social e histórico em que está situado, o projeto põe em evidência a capacidade dos indivíduos de planejar seu futuro e, com isso, contribuir para dar sentido à sua experiência fragmentada (Velho, 1981).

Com base na noção de individualismo de Velho (1987), Kuschmir argumenta que a formação do mediador está relacionada a uma postura de encarar a vida como um projeto. Nesse sentido, Castro (2001) também argumenta que a atuação como mediador tem como pressuposto certa vontade/desejo do agente em exercer tal função:

O que quero dizer com isso? Em primeiro lugar, que o fenômeno da mediação não deve ser visto como uma qualidade "natural" de certos indivíduos. Nem eles estão "predestinados" a exercer esse papel (numa dimensão individual/psicológica), nem eles estão "determinados", em primeira ou mesmo em última instância, a exercerem esse papel, por forças socioeconômicas. Ou seja, em alguma medida, esses indivíduos querem agir como mediadores, e seguem um projeto individual em parte. É claro que, em muitos casos, faz parte da construção do próprio papel do mediador colocar em segundo plano ou mesmo negar essa dimensão de desejo, de vontade (Castro, 2001, p. 211).

Consideramos que esses argumentos sobre a trajetória do mediador contribuem para compreender também o sentido de suas ações, pois supomos que a ligação da figura do media-

dor com a construção de um *projeto* não se expressa apenas em termos individuais, mas também coletivos, o que nos remete para a convergência entre as ações de mediação e a *reflexividade* típica da *modernidade tardia* (Giddens, 1991).

Para Giddens (1991), acentua-se cada vez mais o *desencaixe* da atividade social em relação aos seus antigos referenciais concretos, baseados nos contextos locais de presença física que estruturavam a vida social e guiavam as condutas. Dessa forma, desenvolve-se uma nova *reflexividade* na qual as pessoas monitoram constantemente suas condutas, examinam e reformulam suas práticas com base nas informações crescentes de que dispõem. Assim, a relação com a tradição se modifica, sendo ela agora um recurso entre outros, rearticulada diante desse processo reflexivo.

Também é importante salientar que – apesar de alguns autores tratados construírem ligações entre as trajetórias de mediadores e o ambiente urbano – eles não estão afirmando que a constituição dessas biografias é exclusiva desse meio. O argumento desses autores é de que o meio metropolitano oferece condições sociais propícias que potencializam a atuação de indivíduos com habilidades e interesses por essa posição⁶. Sobre essa questão, Moura (2001, p. 187) argumenta que,

Espaço por excelência da convivência de vários "mundos" (Velho, 1994 e 1999), a cidade se apresenta como um lócus privilegiado para o desenvolvimento dos individualismos modernos (Simmel, 1971; Velho, 1981). Os indivíduos transitam entre os "mundos" existentes na cidade, apresentando potenciais de metamorfose (Velho, 1994) diferenciados. Aqueles que apresentam potenciais de metamorfose altamente desenvolvidos muitas vezes atuam como mediadores entre os mundos possivelmente conflitantes que coexistem nas metrópoles (Velho, 1994; Kuschmir, 1996).

Em seguida, a autora argumenta que este fato não se restringe à metrópole:

O fenômeno da mediação, entretanto, não se restringe à vida nas metrópoles. Mediadores, ou Brokers, são muitas vezes aqueles que atuam como intermediários entre grupos "locais" e "nacionais" (Wolf, 1956), mas também entre "patrões" e "clientes" (Velho e Kuschmir, 1996). No meio rural, o mediador é muitas vezes aquele que, tendo vivido na cidade, conhece diversas linguagens. A mediação, portanto, não é um fenômeno restrito às grandes cidades, apesar de se tornar mais explícito e mais necessário nessas, pela própria complexidade sociocultural nelas existente. Não obstante, mesmo as "comunidades" mais isoladas estão inseridas em sociedades nacionais complexas e necessitam interagir com instâncias das mais diversas dessas sociedades (Moura, 2001, p. 187-188).

Esse argumento, apesar de reconhecer a existência de mediações no meio rural, mantém a cidade como ponto de

⁶ Por outro lado, argumentaremos mais à frente que existem outras variáveis nessas trajetórias que também podem influenciar, como a inserção nas lógicas dos movimentos sociais. Assim, diante do argumento de que a cidade é um lócus privilegiado, queremos apresentar nesse artigo outros aspectos que, em certos contextos, consideramos que têm maior peso.

referência no qual a mediação encontraria seu espaço privilegiado, local no qual se conheceriam diversas linguagens, em contraponto ao espaço rural, que seria mais simplificado e que, portanto, não potencializaria tanto a emergência de agentes com habilidades importantes ao exercício da mediação.

Castro (2001), num balanço sobre parte dos trabalhos mencionados – que enfatizam o ambiente urbano na formação das trajetórias de mediadores – afirma que

Temos, então, nos três casos, como pano de fundo, o espaço urbano. Não se trata [...] de pensar que o fenômeno da mediação ocorre apenas nas metrópoles – ele também ocorre no meio rural e em pequenas cidades do interior. Mas talvez seja lícito pensar que a existência do tipo social do mediador fica potencializada devido ao complexo mapa de diferentes regiões culturais que, no meio urbano, muitas vezes, se sobrepõem, numa geometria variável (Castro, 2001, p. 208).

Essa visão de que, no meio urbano, o mediador seria *mais explícito e mais necessário* em certa medida deixa em segundo plano a complexidade sociocultural e as intensas dinâmicas de interação existentes em parte do meio rural e/ou desencadeadas pelas mobilizações e de organizações e *movimentos sociais* nesses contextos.

A ideia de *movimento social* por nós utilizada está ligada às ações desencadeadas por grupos que buscam mudar a distribuição de poder, formas de interação e ideais culturais vigentes na sociedade (Alexander, 1998). Essa ideia também está relacionada com a sistematização e publicização de determinados projetos de sociedade, de determinadas causas, o que em muitas análises passa pela delimitação de um ou mais adversários no seio da sociedade e pela formação de redes de mobilização (Neveu, 2005).

Assim, consideramos que a dinâmica dos movimentos sociais propicia a interação entre uma multiplicidade de perspectivas, atores e utopias, levando à desnaturalização de relações de poder constituídas e suas bases socioculturais, contribuindo substancialmente para que vários dos indivíduos e grupos envolvidos tenham experiências que favoreçam suas possibilidades e interesses por se tornarem mediadores.

Diante dessas reflexões, questionamos a proeminência do ambiente urbano frente o rural na influência sobre a constituição das trajetórias de mediadores, salientando a importância de outros fatores.

Apenas a diversidade cultural sobreposta não propicia necessariamente interação; é material inerte se não forem constituídas posturas que desnaturalizem essas diferenças, provoquem comunicação, questionem a natureza das relações, assumindo uma postura *reflexiva* frente à realidade social, política, cultural, etc.

Supomos que essa postura *reflexiva* tratada por Giddens (1991) possa estar mais ligada, entre outros fatores, à lógica das mobilizações dos movimentos sociais do que à sobreposição de diferenças típicas do ambiente urbano, muitas vezes naturalizadas e socialmente isoladas.

Talvez uma alternativa válida em relação a esses questionamentos seja a mudança de uma análise centrada no meio urbano para uma reflexão mais centrada no que Velho (2010) denominou como *cosmopolitismo* – associada à figura de um *viajante* com grande plasticidade – o que desloca o foco da questionável dicotomia urbano/rural:

Ser cosmopolita, remetendo à dimensão dos indivíduos, daria a estes acessos a mais e diferentes códigos, culturas, estilos de vida, visões de mundo, etc. É importante insistir que isso pode ser obtido de várias maneiras. O comerciante que viaja pelo mundo, o aventureiro que transita por diversos continentes, o diplomata, os marujos são protótipos dos indivíduos que, em princípio, apresentam potencial para desenvolver uma perspectiva menos localista. Mas, por outro lado, a viagem não tem um efeito mágico que transforma os indivíduos, dissolvendo a sua socialização e anulando valores, crenças, preconceitos, gostos, anteriormente constituídos através de participação em sua cultura e meio de origem. Está em jogo uma plasticidade sociocultural que se manifesta na capacidade de transitar e, em situações específicas, de desempenhar o papel de mediador entre distintos grupos e códigos. O cosmopolitismo pode ser interpretado como expressão desse fenômeno que não é apenas espacial-geográfico mas um potencial de desenvolver capacidade e/ou empatia de perceber e decifrar pontos de vista e perspectivas de categorias sociais, correntes culturais e de indivíduos específicos (Velho, 2010, p. 19).

Nessa perspectiva, a formação da postura cosmopolita estaria ligada a diversos fatores, talvez menos centrados no ambiente urbano. Esses fatores estariam mais ligados com a viagem entre espaços culturais, incursões no universo alheio. Porém, nessa postura também não está evidente a possibilidade de um maior questionamento das relações de poder e conhecimento sobre uma maior gama de utopias sociais e políticas. Acreditamos que esses elementos – típicos das dinâmicas de movimento social – também são relevantes na trajetória dos mediadores.

Outro elemento a ser novamente ressaltado – no qual há convergência entre nossa perspectiva e a de grande parte dos autores tratados anteriormente – é que “há também diferentes graus em que se é mediador e, certamente, com resultados variáveis. Além disso, o fenômeno da mediação deve ser sempre posto em perspectiva temporal, histórica” (Castro, 2001, p. 201). Assim, as ações de mediação não são inerentes a indivíduos determinados. Elas são fluidas, variáveis, construídas e desconstruídas continuamente, podendo ser desenvolvidas hora sim, hora não, por uma multiplicidade de atores envolvidos nas diversas relações em processos históricos.

Dessa forma, o esforço para situar as possíveis influências que confluiriam para as trajetórias de alguns indivíduos – favorecendo sua atuação enquanto mediadores – não consiste na busca por “encarnar” as habilidades, interesses e poder de mediação em certos atores, mas sim em procurar compreender as experiências que – de forma relacional, processual e dinâmica – contribuíram na formação de trajetórias de indivíduos e grupos reconhecidos como mediadores em certos contextos. Talvez

assim, ao analisar melhor essas trajetórias, seja mais viável compreender suas ações e os processos sociais nos quais atuaram.

Apontamentos sobre algumas trajetórias

Diante dos questionamentos colocados nesse artigo, consideramos pertinente buscar compreender também parte das trajetórias de alguns indivíduos reconhecidos – pelas suas organizações de origem e pelos grupos mobilizados – como possuidores (mesmo que provisoriamente) das capacidades e legitimidade para desenvolver ações de mediação com proeminência no meio rural. Assim, pretendemos brevemente explicitar alguns contornos das trajetórias de alguns desses indivíduos.

Além do reconhecimento da proeminência em ações de mediação no meio rural, buscamos utilizar também como critério para seleção das trajetórias aqui analisadas as diferentes instâncias de atuação. Assim, trouxemos à tona algumas informações sobre três indivíduos, cada um deles tendo atuado principalmente num espaço específico (comunidade, organização/movimento social e política institucional), apesar das intersecções nos processos de mobilização que participaram.

Um desses atores, cuja trajetória é muito interessante, é Paulo⁷, uma das principais lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em Minas Gerais (Zangelmi, 2014). Paulo é natural de Poté (MG) e lá viveu e trabalhou na roça grande parte de sua vida. Na década de 1970, ainda menino, Paulo foi enviado, juntamente com outras crianças de comunidades rurais de Poté, para um internato rural evangélico⁸ – que recebia pessoas de outras religiões, em Teófilo Otoni, para completar os estudos primários e aprender atividades agropecuárias – retornando um ano depois.

Paulo continuou em Poté até os 19 anos, quando se mudou para o interior de São Paulo em busca de novas experiências e oportunidades de trabalho. Cerca de um ano depois retornou e ingressou em movimentos religiosos – inicialmente as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁹ e posteriormente a Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹⁰ – organizações que atuavam fortemente na região e que o incentivaram para a entrada no MST.

Na verdade, eu acabei pulando a minha vida pessoal e fui logo pra militância. De qualquer forma, se deu na Igreja mesmo,

porque na militância da igreja, na participação na igreja... Naquele período, como eu falei pra você, como estava no auge da construção das Comunidades Eclesiais de Base e o grande lema daquela época era a luta pela terra. [...] A gente vivia nos grupos de reflexões, nas várias oportunidades que a gente fazia, era permanente os grupos de reflexão nas comunidades. E o grande debate era a Reforma Agrária. Era a discussão número um. Retomando o que havia ocorrido no período anterior, antes do golpe militar. Então foi a partir disso. Eu não tive um histórico muito grande antes disso não porque foi um período curto, rápido, que eu transitei, depois da minha adolescência, do movimento religioso para o Movimento dos Sem-Terra (Paulo, entrevista aos autores, 19/03/2011).

A partir do ano de 1986, Paulo foi um dos primeiros militantes do MST em Minas Gerais, tornando-se uma das principais lideranças estaduais do Movimento até 2008, participando de inúmeros encontros e mobilizações dentro e fora do estado. Ele narrou parte de sua participação nas primeiras mobilizações, que constituíram o MST em Minas Gerais:

A gente começou a construir esse movimento nas comunidades, íamos de comunidade em comunidade, e criávamos os grupos, chamados núcleos de sem-terra na época. A partir desses grupos constituiu uma comissão municipal, depois então que a gente começou a organizar em termos de região. Eu lembro que ainda em 85 nós fizemos um grande encontro na região, apoiados pela igreja, a Comissão Pastoral Rural da época, lá de Teófilo Otoni. Aí que a gente começou a expandir pra esses municípios [...] Ouro Verde, Águas Formosas, Padre Paraíso... A gente expandiu aquela região. A constituição do Movimento se deu então a partir daí, Poté e região Jequitinhonha e Mucuri (Paulo, entrevista aos autores, 19/03/2011).

Foi assentado em 1997 no Assentamento Primeiro de Junho (Tumiritiga/MG), continuando a ser importante liderança estadual e organizando formas de trabalho coletivo nesse assentamento até 2008, quando a opção pelo trabalho familiar atingiu a totalidade dos assentados.

Em 2005, Paulo se tornou aluno do curso de Educação no Campo da UFMG, formando-se em 2008. Nesse momento, que coincide com o fim do trabalho coletivo no Assentamento, Paulo abandonou a militância e passou a atuar como professor numa escola próxima ao Assentamento.

Paulo argumentou, em entrevista, que o MST estava encontrando grandes dificuldades para desenvolver suas mo-

⁷ Os nomes foram substituídos por pseudônimos, visando evitar possíveis constrangimentos para nossos entrevistados.

⁸ Supomos tratar-se do Centro Educacional Evangelho Internato Rural-CEEIR, que atua até hoje em Teófilo Otoni (MG).

⁹ As Comunidades Eclesiais de Base geralmente eram grupos de reflexão desenvolvidos por setores progressistas da Igreja Católica em quase todo o Brasil, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Fortemente influenciados pela Teologia da Libertação e pelas diretrizes do Concílio Vaticano II, esses grupos articulavam fé e política, dando base para uma série de mobilizações de organizações e movimentos sociais populares.

¹⁰ A Comissão Pastoral da Terra, criada em 1975 – em parte seguindo a tradição de atuação progressista de setores da Igreja Católica – foi importante "instrumento na promoção de justiça social e direitos humanos no campo" (Poletto, 2010, p. 138). Inserida numa longa trajetória de lutas, essa organização surge ligada pastoralmente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), mas com autonomia organizativa, e teve como algumas de suas principais atuações a defesa da "função social da terra", como fora regulamentada pelo Estatuto da Terra, referência legal que norteava a ação de várias organizações no campo.

bilizações em Minas Gerais e que, depois de tantos anos de militância, optou por uma postura que o aproximasse da família e que seria menos prejudicial à sua saúde, pois considera o excesso de compromissos e viagens incompatível com sua idade e demandas familiares.

Sua atuação foi fundamental nas primeiras ocupações de terra do MST em Minas Gerais, articulando significações religiosas e políticas no sentido das ocupações, mobilizando centenas de famílias de trabalhadores rurais. Exercendo o papel de mediador durante grande parte de sua vida, Paulo viveu e atuou principalmente no meio rural, tendo esporádicas experiências metropolitanas. Sobre seu trabalho de mediação, ele contou o seguinte:

Então, assim, foi realmente um trabalho difícil desse ponto de vista e o que contribuiu muito foi a aceitação da Igreja, que o povo é muito religioso, então a coisa poderia parecer difícil, mas se levava a discussão religiosa junto, a partir da fé aí... Assim, como o trabalho de base era muito da Igreja, a gente fazia a discussão voltada para a missão do Messias mesmo, etc. Aí o pessoal quebrava, quebrava o mito do medo e... enfim, se disponibilizava (Paulo, entrevista aos autores, 19/03/2011).

Outra trajetória interessante é a de Fernando, agente fundamental em algumas das principais ações de mediação no meio rural do Nordeste Mineiro, no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. Ele desenvolveu ações que desencadearam as primeiras ocupações de terra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em Minas Gerais.

Fernando nasceu em Baixo Guandu (ES) em 1958 e com cerca de 20 anos mudou-se para Contagem (MG), cidade na qual viveu grande parte de sua vida. Foi seminarista, cursou Teologia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), foi professor da rede pública de Contagem, ingressou no Partido dos Trabalhadores (PT), elegeu-se vereador desta cidade em 1988.

Fernando participou intensamente das mobilizações organizadas pela Igreja Católica, nas Comunidades Eclesiais de Base, Comissão Pastoral da Terra, Movimento da Boa Nova (MOBON)¹¹, etc., atuando na região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri na conscientização de trabalhadores rurais desde a década de 1980. Fernando narrou parte dessa atuação:

Há mais de 10 anos, em 88, eu já frequentava a região do Jequitinhonha e do Mucuri dando cursos, principalmente de igreja em geral. E dentro desses cursos de igreja a gente também fazia cursos de criação, de formação de oposições sindicais. Nós tínhamos módulos de trabalho com Bíblia e a questão da terra, onde a gente mostrava muito a história do povo hebreu, a conquista de Canã, a conquista da terra prometida, a luta

e organização. A gente sempre tinha nesses cursos um modelo que era interessante, que a gente trabalhou naquela região toda, que era a questão do povo hebreu (Fernando, entrevista ao autor, 13/12/2011).

Fernando se elegeu deputado estadual pelo PT de 1994 a 2014, sendo por muitos anos presidente da Comissão de Direitos Humanos de Minas Gerais e importante interlocutor e defensor de grupos mobilizados pela terra junto ao poder público.

Apesar de ter vivido muitos anos na cidade de Contagem, as experiências sociais e políticas que reconhece como as que mais influenciaram na sua trajetória de mediador nessas mobilizações foram relativas às suas atuações em organizações e movimentos sociais rurais.

Essas atuações contribuíram para seu questionamento das relações de poder, conhecimento sobre várias visões de mundo e constituição de habilidades de traduzir informações entre os vários universos de significação, principalmente fazendo a ligação entre elementos religiosos e políticos:

A gente sempre identificava a opressão do Egito, com o faraó, toda a estrutura de classe, com a questão da opressão hoje. Mas sempre tinha uma chave de leitura nesses cursos que era o Êxodo 3, quando Deus diz: "Eu vi o sofrimento, a opressão do meu povo no Egito, causada pelos seus opressores. Eu descí para libertá-los". Então a gente sempre dava esse sentido de relacionar a opressão de 3 mil anos atrás com a opressão de hoje. E que Deus estava do lado da libertação, do lado da organização (Fernando, entrevista ao autor, 13/12/2011).

A trajetória de Francisco também traz informações interessantes, principalmente por ter atuado quase de maneira exclusiva em nível local, nas comunidades mobilizadas no meio rural do Nordeste Mineiro.

Francisco nasceu em 1943 na cidade de Itaipé, lá vivendo por quase toda a sua vida, trabalhando em lavoura e garimpo. Entre os 15 e 30 anos, Francisco trabalhou como caminhoneiro, viajando intensamente por várias regiões do Brasil. Passava grande parte do ano nessas viagens, periodicamente retornando para ajudar a família na lavoura. Na década de 1970, Francisco se cansou das viagens e retornou definitivamente para sua terra natal, casou-se e lá viveu até a ocupação de terra na fazenda Aruega (Novo Cruzeiro/MG), local onde foi assentado em 1992.

Após esse retorno, Francisco passou a encontrar dificuldades diante do pequeno tamanho da terra da família, insuficiente para o sustento dele e dos quatro irmãos. Assim, trabalhou também em garimpo e como pedreiro até sua inserção nas mobilizações que deram origem às primeiras ocupações de terra do MST em Minas Gerais.

¹¹ O Movimento da Boa Nova é uma organização católica que se intitula como "movimento religioso". Sua dinâmica centra-se na promoção de cursos para leigos com o objetivo de fornecê-los conhecimentos bíblico-religiosos e políticos, estimulando-os a organizarem-se em suas comunidades. No contexto de redemocratização recente do Brasil, muitas lideranças religiosas comunitárias ligadas ao Mobon se engajaram na política partidária, sobretudo no PT, em diversos municípios de Minas Gerais, tendo nas regiões de atuação do Mobon um significativo número de votos (Oliveira, 2010).

Insatisfeito com suas condições de trabalho e vida, ele passou a participar do sindicato e de grupos religiosos na região, tornando-se uma significativa liderança em algumas comunidades, discutindo as injustiças sociais e a necessidade de reforma agrária.

Nós éramos sindicalizados. Sempre também dava essa visão pra Reforma Agrária, pra cada um ter seu pedacinho de chão. Aí nós unidos no sindicato e na igreja, nós nunca passamos dessas coisas, aí até que enfim chegou o Movimento dos Sem-Terra, veio do Rio Grande do Sul (Francisco, entrevista ao autor, 08/07/2005).

Quando militantes do MST passaram a realizar visitas na região, Francisco esteve entre os primeiros interlocutores e foi incumbido de angariar e organizar interessados em participar das futuras ocupações, exercendo forte influência sobre os trabalhadores rurais, principalmente valendo-se dos encontros nas paróquias para introduzir os assuntos relativos às mobilizações. Ele narrou como foram alguns desses encontros, descrevendo como abordava as famílias e buscava encorajar as pessoas e legitimar as ocupações de terra:

Eu chamava eles (trabalhadores rurais): "Atenção, vocês interessava adquirir um pedacinho de chão para trabalhar com a família?" Eles respondiam: "Então moço, eu tenho condições, eu até que eu penso. Eu não tenho terra, eu vivo trabalhando de diária aí nas fazendas, pra um e pra outro." Aí eu dizia: "Oh, se vocês querem, vamos unir e nós vamos ganhar uma terra pra nós trabalharmos com o nosso sangue" (Francisco, entrevista ao autor, 08/07/2005).

Nesses encontros, Francisco articulava elementos da religião católica com o desvendamento das injustiças sociais e necessidade das mobilizações, diante das péssimas condições de vida e inércia do poder público.

Na ocupação da fazenda Aruega, Francisco também foi ator fundamental, liderando várias ações de organização e enfrentamento de adversários, principalmente policiais e jagunços, sempre sendo respeitado como interlocutor com esses e outros grupos. Diante da multiplicidade de perspectivas e anseios em torno das ocupações de terra, Francisco demonstrou grande habilidade para – através das ações de mediação – direcionar esforços conjuntos no sentido da resistência na terra.

Aqui (Aruega), eles (policiais) entravam aqui quando nós bem queríamos que entrassem. Se vinham uns 2 ou 3, entrava. Nós abríamos a segurança e entrava. Tinha segurança dia e noite. Às vezes um policial vinha, pra fazer uma visita aqui dentro aqui. "Que fazer visita o quê! É amigo, né. Fazer pesquisa?" (risos). Pesquisava é algum canto favorável a eles. A gente, se fosse 2 ou 3, nós chamávamos 400 família em roda deles, que eles saíam de camisa molhada (risos), com a pressão do povo (Francisco, entrevista ao autor, 08/07/2005).

Atualmente, ele faz parte da diretoria da Associação de Aruega e é considerado o principal "narrador" da história da

conquista do assentamento, sendo recorrentemente indicado pelos assentados como entrevistado indispensável.

Considerações finais

Como descreve Novaes (1994), o termo "mediação" entra no discurso dos estudiosos do campo brasileiro a partir dos anos de 1970, em face, principalmente, da concentração de terra e poder decorrente do modelo de desenvolvimento capitalista delineado nesse período. Assim, a perspectiva de estudiosos do meio rural sobre a exclusão dos trabalhadores nesse processo impulsionou o uso dessa categoria em seus trabalhos, buscando identificar agentes com potencial de transformação.

Desde então, a atenção sobre indivíduos reconhecidos como mediadores tem sido recorrente em grande parte das análises sobre mobilizações de organizações e movimentos sociais no meio rural, mesmo muitas vezes não havendo uma reflexão profunda sobre essa categoria.

As trajetórias brevemente apontadas no tópico anterior indicam que as experiências em grandes cidades, algumas muito breves – diferentemente do que apontam alguns estudos discutidos no início desse trabalho (Velho e Kuschner, 2001; Moura, 2001) – podem não ser as situações nas quais esses atores tiveram acesso ao maior trânsito entre culturas e perspectivas de mundo.

Como buscamos demonstrar, em parte da bibliografia discutida o ambiente urbano aparece com proeminência nesse processo, pois comportaria uma maior gama de diferenciações culturais, potencializando trânsitos que propiciariam a formação de habilidades relacionadas à capacidade de mediar.

Consideramos que essa ênfase no aspecto urbano – apesar de apontar elementos relevantes – pode deslocar a atenção de outros elementos significativos, como a inserção em processos de mobilização social e política, que desnaturalizam as identidades tradicionais – problematizando-as – e colocam em questão as relações de poder que sustentam essas diferenciações.

A proximidade espacial entre as diferenças, por si só, não é ambiente favorável para a realização de trânsitos e construções reflexivas dessas identidades. Para tanto, é fundamental que o ator assuma uma posição crítica e criativa frente a esses diferentes grupos. Essa postura, típica do mediador, é especialmente convergente com a lógica dos movimentos sociais, em sua desconstrução das classificações vigentes e busca pela construção de novas significações.

Diante das trajetórias por nós apresentadas, supomos que as viagens e o engajamento nas organizações e movimentos sociais tenham sido situações mais significativas, nas quais esses atores puderam ter maior acesso às diferentes visões de mundo, formas de organização social, etc. que permitiram que desnaturalizassem suas significações de origem e se abrissem para interação e aprendizado frente à alteridade.

Acreditamos que essa abertura, que permitiu situar os diversos espaços sociais e culturais como objetos de reflexão,

foi fundamental para a formação das habilidades e do interesse pelas ações de mediação.

As trajetórias de Paulo, Fernando e Francisco, apontadas em linhas gerais, demonstram uma grande variedade de experiências e grupos sociais, que em certos casos passam por diversas formas de trabalho – lavrador, garimpeiro, professor, político, caminhoneiro, etc. –; oportunidades de estudo; algumas passagens pelo ambiente urbano; mas, principalmente, suas trajetórias são marcadas pela intensa participação em organizações e movimentos sociais, principalmente ligados a grupos religiosos católicos.

Note-se que os atores aqui tratados desenvolveram parte de suas principais ações de mediação em instâncias diferentes, sendo Francisco mais voltado para o trabalho de base junto às comunidades rurais, Paulo atuando principalmente como liderança na organização regional do MST, e Fernando – depois de atuar em várias instâncias – inserindo-se na política institucional como deputado.

Acreditamos ser pertinente – diante do argumento de que o meio metropolitano é um espaço por excelência ou *lócus privilegiado* para o desenvolvimento das trajetórias de mediadores – voltar atenção também para fatores alternativos como certo *cosmopolitismo* (Velho, 2010) típico do *viajante*, daquele que procura e se abre para a interação com novas significações, principalmente, nos casos tratados, na lógica de certos movimentos e organizações sociais.

Nesse sentido, ao salientar outros aspectos, não pretendemos desconsiderar o meio metropolitano enquanto um dos contextos favoráveis ao trânsito sociocultural e político, mas sim relativizar seu peso ao trazer novos e significativos elementos para a compreensão sobre a complexidade de influências em torno das ações de mediação.

Cabe novamente salientar que a posição de mediador é exercida por diversos atores, em graus e momentos diferentes. Não se trata de um todo coerente e ordenado, com sentido rigidamente definido, como muitas vezes é apresentado ao pesquisador. Assim, é fundamental compreender a construção social da trajetória pessoal em seu contexto (Bourdieu, 2002), sem perder de vista as estratégias específicas dos atores diante de suas possibilidades de ação (Levi, 2002).

Dessa forma, ganha sentido a ideia de que a formação do mediador passa tanto pela inserção em certos contextos sociais – sociabilidade nas grandes cidades, relações de trabalho, estudo, trânsito social do viajante, engajamento em mobilizações sociais, etc. – quanto pela construção de um projeto individual, mais ou menos consciente (Kuschnir, 2001, p. 159), no caso, a construção de si como mediador.

Nossa intenção com o presente artigo não é encerrar o assunto ou propor a substituição das análises sobre mediadores urbanos por estudos mais focados no contexto rural, mas sim trazer novos elementos para esse debate, incentivando o aprofundamento das reflexões sobre um tema que, apesar da importância, é pouco tratado nas Ciências Sociais.

Nesse sentido, salientamos a necessidade de que as produções de conhecimentos sobre os meios rurais e urbanos não

se isolem, pois – além do fato da delimitação rural/urbano ser problemática, gerando inúmeras controvérsias – o intercâmbio de reflexões e pesquisas pode ser enriquecedor, como pretendemos ter demonstrado no que se refere à questão dos mediadores.

Referências

- ALEXANDER, J. 1998. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(37):5-31. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000200001>
- BOURDIEU, P. 2002. A ilusão biográfica. In: J. AMADO; M.M. FERREIRA (orgs.), *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, p. 183-191.
- CASTRO, C. 2001. Comentários. In: K. KUSCHNIR; G. VELHO (org.), *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro, Aeroplano, p. 207-212.
- GIDDENS, A. 1991. *As consequências da modernidade*. São Paulo, Editora UNESP, 156 p.
- KUSCHNIR, K. 2001. Trajetória, projeto e mediação na política. In: K. KUSCHNIR; G. VELHO (org.), *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro, Aeroplano, p. 139-164.
- LEVI, G. 2002. Usos da Biografia. In: J. AMADO; M.M. FERREIRA (orgs.), *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, p. 167-182.
- MOURA, C.P. de. 2001. Pedro Ludovico: indivíduo, mudança e mediação no Goiás da Era Vargas. In: K. KUSCHNIR; G. VELHO (org.), *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro, Aeroplano, p. 187-204.
- NEVES, D.P. (org.). 2008. *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 174 p.
- NEVEU, É. 2005. *Sociologie des mouvements sociaux*. Paris, Le Découverte, 128 p.
- NOVAES, R.R. 1994. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: L. MEDEIROS et al. (org.), *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo, Ed. da Universidade Estadual Paulista, p. 177-183.
- OLIVEIRA, F.R.C.O. 2010. Concílio Vaticano II, o MOBON e as comunidades rurais: um estudo sobre a práxis comunicativa entre missionários e grupos católicos leigos. *Religião Et Sociedade*, 30(2):38-58. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872010000200003>
- POLETTI, I. 2010. A Igreja, a CPT e a Mobilização pela Reforma Agrária. In: M. CARTER (org.), *Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo, Ed. UNESP, 137-158.
- VELHO, G. 1987. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 152 p.
- VELHO, G. 2010. MetrÓpole, cosmopolitismo e mediação. *Horizontes Antropológicos*, 16(33):15-23. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832010000100002>
- VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (orgs.). 2001. *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 344 p.
- ZANGELMI, A.J. 2014. *Traduções e bricolagens: mediações em ocupações de terra no nordeste mineiro nas décadas de 1980 e 1990*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 256 p.

Submetido: 04/04/2014

Aceito: 30/11/2015